

ANEXO II – PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIAS – EXERCÍCIO DE 2020

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	OBJETIVOS	RISCO E RELEVÂNCIA	DATA/ PERÍODO
1	Exame da prestação de contas 2019 dos Ordenadores de despesas à luz das normas vigentes e emissão do Parecer Conclusivo do Controle Interno.	Verificar a conformidade da Prestação de Contas e emitir a opinião do Controle Interno sobre as Contas de Gestão do exercício de 2019.	<p>Risco: desconformidade das peças exigidas pelo TCEES e/ou ausência de informações na apresentação dos documentos informativos. Inconsistências ou irregularidades na gestão dos recursos sob responsabilidade dos ordenadores de despesa, nas demonstrações contábeis e nos relatórios financeiros. Possibilidade de não aprovação das contas pelo TCEES.</p> <p>Relevância: cumprimento das normas emanadas pelo TCE/ES.</p>	Janeiro a março/2020
2	Aplicação de alguns pontos de controle sugeridos pela IN TCE/ES nº 043/2017.	Subsidiar o Controle Interno com elementos e informações para emitir opinião por meio do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas de 2020	<p>Risco: inconsistências ou irregularidades na gestão dos recursos sob responsabilidade dos ordenadores de despesa, nas demonstrações contábeis e nos relatórios financeiros. Possibilidade de não aprovação das contas pelo TCEES.</p> <p>Relevância: cumprimento das normas emanadas pelo TCE/ES.</p>	Janeiro a dezembro/2020
3	Acompanhamento dos limites impostos pela LRF	Analisar, trimestralmente, a despesa total com pessoal, a fim de prevenir riscos e corrigir desvios, verificando se as orientações legais e normativas que regem a matéria foram observadas.	<p>Risco: desconformidade nas informações apresentadas que possam macular a fidedignidade dos dados apresentados e comprometer a relação de accountability, a transparência e o controle social.</p> <p>Relevância: fortalecimento da Governança Financeira/Orçamentária, bem como cumprimento da LRF</p>	A cada trimestre
4	Vistoria de obra e reforma de engenharia em execução no ano de 2020, nos termos da Resolução TJES nº 023/2014.	Análise das medições das obras de engenharia.	<p>Risco: inconformidade nas medições de obras ou reformas. Problemas de execução do contrato.</p> <p>Relevância: prevenir atrasos nas obras e prejuízos a administração.</p>	Janeiro a dezembro/2020

5	Gestão Orçamentária e Financeira – Aporte Previdenciário Fundo Financeiro.	Verificação dos cálculos pagamentos e contabilização do Aporte Previdenciário.	<p>Risco: inconsistência nas Demonstrações Contábeis, pagamentos incorretos e descumprimento de preceitos legais.</p> <p>Relevância: valor significativo do Aporte, em torno de R\$ milhões/ano. Alto impacto nas despesas com pessoal e no índice do Relatório de Gestão Fiscal.</p>	Maio a julho/2020
6	Gestão de Patrimônio: Bens móveis.	Avaliar a compatibilidade com o inventário anual, registros e controles.	<p>Risco: falha na gestão patrimonial; dano ao patrimônio público; falha e deficiência de controles; registros contábeis em desacordo com as normas vigentes.</p> <p>Relevância: cumprimento das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Materialidade dos bens móveis: R\$ 69 milhões de acordo com o último inventário (2018).</p>	Junho a agosto/2020
7	Segurança Institucional: Atendimento à Resolução CNJ nº 291/2019.	Avaliar o grau de atendimento do Poder Judiciário à Resolução CNJ 291/2019.	<p>Risco: não atendimento do Tribunal de Justiça a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e não cumprimento (ou cumprimento insuficiente) das medidas de competência dos tribunais, definidas na Resolução.</p> <p>Relevância: cumprimento da Resolução CNJ 291/2019; garantia da segurança nos prédios da Justiça, aos magistrados e servidores.</p>	Setembro e outubro/2020
8	Gestão de Compras, Licitações e Contratos: Contrato F003/2015 – Empório Card Ltda.	Avaliar a execução do Contrato de Cartão Alimentação assim como os controles e atendimento aos normativos vigentes.	<p>Risco: gastos desnecessários, indevidos ou excessivos com alimentação. Falhas ou ausência de controles ou falta de transparência.</p> <p>Relevância: forte controle social dos gastos com alimentação dos agentes públicos. Materialidade do contrato: Cerca de R\$ 600 mil/ano.</p>	Maio a julho/2020

9	Gestão predial e obras: Auditoria de Qualidade na Obra de reforma geral do Fórum de Guarapari – Garantia Quinquenal.	Avaliar a qualidade da obra durante o seu período de garantia segundo a orientação técnica IBRAOP nº 03/2011., bem como a necessidade de acionamento dos responsáveis para correção de possíveis defeitos.	<p>Risco: não correção de defeitos pelos executores da obra no período de garantia contratual, o que geraria custos ao PJES.</p> <p>Relevância: materialidade de possíveis gastos com reparos; Prestação jurisdicional prejudicada por possíveis defeitos na obra do fórum.</p>	Agosto a outubro/2020
10	Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - “Acessibilidade dos Tribunais e Conselhos”	Mapear o grau de acessibilidade dos Tribunal de Justiça do ES; avaliar se a acessibilidade das instalações, dos processos de contratação e dos processos de elaboração e desenvolvimento de sistemas estão atendendo à legislação vigente e às normas da ABNT.	<p>Risco: grau insatisfatório de acessibilidade no Poder Judiciário; dificuldade de acesso à Justiça às pessoas com deficiência. Não atendimento às normas vigentes e ABNT.</p> <p>Relevância: cumprimento da legislação / regulamentação aplicável, relativa à acessibilidade. Possibilitar acesso a justiça as pessoas com deficiência.</p>	Abril a junho/2020